



sábado, 16 de junho de 2012

**Manhã** Conferência IV: A dádiva de si narrada em Jesus: revelação de Deus e plenitude humana

José Frazão, SJ – Universidade Católica Portuguesa Foi requisitada a imaginação como a possibilidade de nós até perguntarmos da hipótese de uma narrativa da dádiva de si de Deus em Jesus. Para tal o orador partiu de Jo 1,14 (o Verbo fez-Se carne). O Verbo fez-Se biografia e essa biografia foi reconhecida como o mistério de Deus entre nós pelos discípulos na ressurreição. Deus fala na carne, a sua santidade não é separável da forma do corpo de Jesus. Por isso apontou o gnosticismo da cultura moderna como uma grande resistência ou recusa da carne, como recusa da história ou do provisório. Esta recusa representa a recusa da narrativa, a recusa da própria possibilidade de narrar pois não há vida sem narrativa, não há encontro sem uma qualquer narração. Assim, a narração é fruto de uma apropriação, só narra quem se confrontou com determinado encontro. Por isso alargou a narração a muitas narrativas que não apenas textuais. Se a carne é lugar da encarnação, então todas as carnes, todas as palavras, todas as narrativas podem ser biografias que Deus assume e onde inscreve a sua misericórdia. Narrativa não é apenas narrativa, é mais do que narrativa. Identificou a narrativa como um impacto, um impacto corpóreo. Escolheu-se a seguir um encontro (Jo 3,55-8,11) para exemplificar como as palavras de Jesus são este impacto, são mais do que palavras porque usa todas as palavras corpóreas. Aí está Deus não como abstração mas como presença efetiva. Buscou com este encontro o timbre da voz de Jesus para mostrar como os próprios evangelistas não contam palavras mas narram porque a própria vida de Jesus é uma narrativa, ou seja, uma vida textualizada. De seguida apresentou variações teológicas sobre este encontro musical, sobre este timbre da voz de Jesus que deu vida, que gerou vida. Isto permite pensar a dádiva de si para a vida do outro como um gesto gerador porque nele gera a vida. Aqui está toda a verdade de Deus, pois Deus é assim, a vida que gera a vida no outro. Conferência V: É possível um mundo mais justo e mais fraterno? Interpeleções à responsabilidade pública dos cristãos António Moreira Barbosa de Melo – Universidade de Coimbra Depois de apresentar diferentes concepções de justiça, partiu do texto de 1 Re 3 (em que Salomão pede sabedoria). Os bispos no segundo sínodo publicaram um texto sobre “a justiça no mundo” em 1971, mas considerou-se que levaram longe demais as explicitações da exigência da justiça. No mesmo ano John Rawls escreveu um tratado sobre a justiça dizendo o mesmo que o sínodo dos bispos. John Rawls era um contratualista, e o Prof. Barbosa de Melo estabeleceu paralelos entre a Doutrina Social da Igreja e John Rawls para mostrar que a justiça nunca está terminada, é sempre inacabada. O dinamismo do dom e da gratuidade – uma leitura da Caritas in Veritate José Eduardo Borges de Pinho, Universidade Católica Portuguesa A partir da encíclica

Caritas in Veritate, o Prof. Borges de Pinho sublinhou o dinamismo do dom e da gratuidade como realização pessoal e crente. Dividiu a sua apresentação em três partes. Na primeira tratou da vida como dom e experiência fundamental da gratuidade, inspirando-se na encíclica de Bento XVI de 2009. Aí ressaltou três aspetos: a dimensão relacional que estrutura uma antropologia cristã; o questionamento do desenvolvimento assente só nas forças humanas; Deus não como inimigo da humanidade, mas como amigo e aquele que culmina os seus anseios. Com esta estrutura geral percorreu a respetiva fundamentação teológica, para mostrar a existência humana como vocação a um dom originário. Pôs aqui em relevo o significado fundamental do evangelho para tal. A encíclica apresenta aqui a caridade como fonte de um verdadeiro humanismo de tal modo que o ser humano é chamado à doação e à fraternidade, sendo assim reconduzidos ao núcleo da mensagem cristã, inscrita no evangelho. Neste contexto, o Prof. Borges de Pinho não deixou de salientar que a encíclica dá particular relevo à cooperação entre as religiões e as instituições num horizonte universal. Aqui emerge a importância de uma nova consciência da fraternidade humana. Para a encíclica, os problemas residem na falta de uma vontade devidamente orientada e na falta de fraternidade entre os homens e entre os povos. Tal poderá ser superado pelo diálogo entre a fé e a razão como caminho de verdadeira sabedoria. Sendo possível, então a encíclica reclama a esperança, reclama a possibilidade. Na segunda parte, sempre a partir da encíclica, analisou o princípio da gratuidade e a lógica do dom nas dimensões diferentes da vida para evidenciar aquilo que parece uma novidade para muita cultura mas que está ínsito à própria mensagem evangélica, a saber, que a caridade surge como princípio estruturante da ordem social. A encíclica mostra consciência desta dificuldade mesmo ao nível da cultura dominante, mas não deixa de a referir mesmo que isso seja considerado contra a corrente da cultura dominante. Neste sentido, o Prof. Borges de Pinho mostrou como é que a encíclica repensa a lógica do dom como princípio orientador na vida económica. Por isso, a encíclica critica a ordem mercantil como tentativa de solução dos problemas da vida. Sobressai aqui o nº36. Bento XVI não considera que a economia da gratuidade seja um regime de exceção, mas tem de estar presente na atividade económica. Tal é tão necessário porque a própria dinâmica da atividade económica pede o espírito do dom e da gratuidade como condição de fundamentação da justiça. A encíclica conclui que sem gratuidade não se consegue realizar a justiça. A primeira, todavia, não é um complemento da segunda, mas sem a caridade não se consegue realizar a justiça, o que constitui um dado basilar da DSI. A justiça é o primeiro caminho da caridade (nº 6). O dom e a gratuidade não se acrescentam à justiça, mas tornam-na possível. Neste sentido, sem citar a Escritura, o Prof. Borges de Pinho manteve-se na mais lídima tradição bíblico-sapiencial que não separa a justiça da misericórdia nem vice-versa. Para concretizar esta compaginação, foi apontada a indispensabilidade de pessoas e atitudes abertas ao dom recíproco. Ora, isto passa pela difícil transformação das mentalidades e pela transformação das estruturas. Estas questões foram bastante discutidas aquando da receção da encíclica, a qual, sobre este contexto, sublinha que as instituições por si só não bastam, é decisiva a gratuidade do amor que brota do coração das pessoas. Na última parte foram apresentados alguns indicativos para a educação da fé e prática eclesial como meio de concretização destes desideratos. Para tal, o Prof. Borges de Pinho apontou a

necessidade da redescoberta do princípio da gratuidade como raiz de um novo olhar. O fundamental passa por um coração que é capaz de ver, o que solicita uma mais apurada sensibilidade às exigências do bem comum. Daqui decorre um outro aspeto importante: a necessidade da educação para o serviço como relevante para a educação da fé. Mas para além desta educação para o serviço ela terá que se conjugada com o cultivar indispensável do crescimento de uma sensibilidade ética que me ajude a crescer por aí na fé. Isto implica opções no consumo, a busca de estilos de vida sóbria e capacidade de partilha (nº75). Ora, isto é educativo para a fé e também resulta da fé. Tudo isto foi resumido como sendo o contributo dos cristãos para a humanização do mundo. **Tarde** Conferência VI: Quem é o outro para que dele me lembre? para uma antropologia cristã da alteridade

Gabriel Amengual Coll - Universidade de las Islas Baleares O Prof. Amengual tentou seguir uma linha histórica para mostrar como o outro tem muitos rostos. Por isso fez uma fenomenologia do outro, nas figuras mais importantes com que o outro se nos apresenta. Fez esta viagem para mostrar como é que o outro é lugar de entrega e como é ou pode ser lugar de entrega. Para tal concentrou o rosto do outro nos três grandes paradigmas do amigo, do estranho e do pobre como as grandes figuras do outro. Cada uma delas estabelece um conjunto de relações. Ao dissertar sobre o outro como amigo recordou que o amigo é das figuras mais estudadas. Mesmo ao nível biográfico é a primeira figura com que nos encontramos, mesmo nos pais. Inspirou-se no grande tratado da amizade de Aristóteles nos caps. VIII e IX da Ética a Nicómaco. Neste sentido descreveu os momentos e os contornos da amizade, chamando a atenção para o facto de que a amizade pressupõe a reciprocidade. Essa requer uma certa semelhança ou igualdade entre os amigos. Mas pode acontecer entre desiguais. No entanto, não se pode ser amigo com todos. Assim, a amizade tem uma extensão limitada. Quanto ao conteúdo, deseja-se o bem do amigo por ele mesmo. Este é um bem em si e não um bem para mim. Por isso, para Aristóteles só podem ser amigos os bons, os virtuosos. Nem todos podem ou conseguem ser amigos. O Prof. Amengual aqui recordou que o “amar” é um verbo transitivo. A pessoa precisa de amigos para se dar. Mas o amigo é fruto de um processo de eleição, representando assim uma alteridade. O amigo, sendo um alter-ego, forma parte de mim mesmo. Tudo isto tem interesse nas nossas cidades do anonimato e da massificação. A amizade, recordo todavia, também pode manter unidas as cidades, pois a concórdia parece ser semelhante à amizade. Hoje falamos em coesão social. A concórdia parece ser uma amizade civil. Perguntou-se sobre o lugar da amizade na Igreja, e da amizade espiritual com todos os crentes, mas também da amizade com os não crentes pois a amizade pode ser o primeiro apostolado para com eles. Esse foi o método apostólico de Charles de Foucauld, que apresentou como o seu privilegiado. Sobre a figura do estranho referiu que há vários termos para o designar: estrangeiro, o bárbaro e o inimigo. Sobre o primeiro exemplo citou a obra o estrangeiro de Albert Camus para recordar que cada um pode ser estrangeiro no seu próprio mundo. A indiferença e a apatia podem fazer-nos distantes. O bárbaro é o que não partilha nossa mundividência. Os gregos chamavam aos outros que balbuciavam uma língua que não a sua os bárbaros. Inimigo é aquele que não é amigo. Trata-se de uma relação de ódio ao outro. Já não é o desconhecido, é o adversário, o antagonista, o intolerado, o antagónico. Que atitude no inspira o estranho? Em primeiro lugar evitar a

divisão entre nós e os outros, evitar a xenofobia, o medo ao estranho, o que implica tomar consciência de que os estranhos são construções nossas fruto das nossas ignorâncias ou expectativas, temores ou esperanças. Aqui podem acontecer violências culturais, alimentadas por imagens que fazemos dos outros. Isso é uma violência. Promover a tolerância implica conhecer, aproximar, não reprimir as condições dos outros. A tolerância tem um alto valor antropológico e moralista, porque significa reconhecer o outro acima das suas crenças. O outro vale independentemente dos seus credos. O Prof. Amangual recorreu a esta difícil e muito criticada categoria de tolerância, pois tentou com ela exprimir que o respeito também é humanizante. Aliás, no evangelho o estrangeiro tornou-se próximo. Num terceiro momento olhou para o outro como o pobre, pois o pobre também tem muitos rostos. O pobre pela sua vulnerabilidade oferece-se a nós na sua verdadeira alteridade. O Prof. Amangual cuidou de não olhar o pobre na sua indignação mas na sua condição de vítima e na sua dignidade. O pobre não é igual a mim. Aqui usou a categoria de assimetria. Mas nesta assimetria o pobre estabelece comigo uma relação de autoridade, o pobre está sobre mim, manda-me o imperativo moral mais fundamental de não matar. Este é o imperativo moral mais fundamental. Lévinas chega a falar de sequestro, o outro converte-me em seu refém. Cristo não é apenas o que manda amar ao pobre necessitado mas identifica-se com ele, é o rosto de Cristo, é uma presença de Cristo, sacramento de Cristo. O Prof. Amangual teria evitado alguns equívocos se apenas tivesse referido que a categoria de “refém” que Lévinas usa tem como pano de fundo a categoria hebraica da “shomerût”, da vigilância que guarda para cuidar. Se sou instaurado como guardião do pobre perguntou-se sobre que atitude tomar diante do pobre? Aqui apresentou o conceito de solidariedade. Inspirou-se aqui não no pensamento filosófico ou sociológico mas numa outra corrente - a bíblica - que acrescenta outro aspeto e que é o compromisso com o ameaçado, com o desvalido. A solidariedade não designa uma conceção formal da fraternidade humana, mas designa-se a partir do compromisso unilateral com o que sofre. Trata-se de uma nova universalidade não abstrata, mas concreta com o que realmente sofre. Nesta relação não há nem conflito nem assimetria (como na cooperação), mas significa pagar a fatura do outro. Aqui o Prof. Amangual recuperou alguma da terminologia da mensagem de Fátima ao concluir que a solidariedade é verdadeiramente um ato de expiação, um ato para satisfazer a necessidade do outro com os meus recursos. Este é, afinal, o mistério pascal do amor de Deus. Deste modo muito analítico e fenomenológico, o rosto do outro surge como eu mesmo e como rosto de Deus, pelo que o encontro com cada outro é sempre uma modulação do amor. O outro não me é estranho, constitui-me, o outro forma-me, liberta-me, faz-me ser. Desta forma, o Prof. Amangual desembocou muito bem numa conceção relativa da identidade na medida em que eu preciso do outro para ser quem sou e a minha identidade depende da minha relação ao outro no seu rosto concreto, não de forma vaga.

Perguntou por fim: o que é faz com que o outro seja meu próximo? A criaturalidade à imagem de semelhança de Deus será uma primeira resposta, pelo que o outro também é sacramento de Deus. Painel II: A entrega de si – desafios à tarefa educativa: Na família – Graça Poças Este painel da parte da tarde tentou concretizar a entrega de si em experiências nossas do quotidiano. Como por apresentar exemplos concretos ao nível

familiar. A Professora Graça Poças partilhou a sua experiência familiar de mãe e de esposa, experiência essa vista como resposta a partir da confiança, da disponibilidade para com Deus, de compromisso, de fidelidade, considerando estes os quatro vetores fundamentais para a própria sustentabilidade da vida familiar como uma vida dada. A Professora Graça Poças reconheceu que ela própria teve de se educar para a doação numa família e que foi educada nesse sentido na experiência familiar, pelo que tornou-se naquilo que recebeu. Finalmente, foram apontados os obstáculos para educar na família para o diálogo e para a entrega de si, sobretudo as fases da adolescência e da juventude dos filhos, as obrigações profissionais, os meios de comunicação social e alguma cultura envolvente. Na escola – Jorge Cotovio O Prof. Jorge Cotovio pensou os modos e os lugares que facilitem viver a entrega de si no âmbito escolar. Começou por especificar as várias funções da escola para encontrar aí a hipótese de fazer o cultivo do dom. Apresentou três missões sublimes da escola: instruir, educar, ensinar (assinalar, deixar marcas, deixar sinais). Para cumprir esta missão, para verdadeiramente entregar algo aos alunos, o professor é alguém que se dá ao aluno, entrega-se ao aluno, logo não desconsidera nenhum.

Apresentou várias iniciativas na escola que podem provocar o sentido da transcendência: uma iniciativa de solidariedade, uma pequena conversa, o exercício da autoridade, ou quando convido alguém para falar, ou porque sorri-o quando um aluno me cumprimenta, ou porque sou um exemplo, ou porque não tenho vergonha de professar a minha fé, quando sou profissional e competente, com a minha recusa de adesão aos vícios e grupos sectários Tudo isto são momentos para semear crescer para a gratuidade.

Isto implica maior autonomia da escola, salientou o Prof. Jorge Cotovio. Do ponto de vista da organização administrativa e ministerial, referiu a necessidade de uma maior liberdade de ensino com currículos e programas enraizados nos valores da nossa tradição judaico-cristã, uma verdadeira liberdade de escolha da escola. Tudo isto ajudará a fazer da educação um serviço ao aluno e à comunidade educativa. Na comunidade cristã – Emanuel Silva A comunidade cristã foi pensada na sua origem etimológica e teológica como ela é, convocada desde o início. O Pe. Emanuel Silva fundamentou a comunidade cristã no acontecimento da fé, visto que a fé nunca é um facto estático, é uma atitude de confiança. Ora, a confiança é dinâmica. Assim, a comunidade é convocada para se dar Àquele que se lhe dá. A comunidade está convocada à doação em virtude disso mesmo.

De seguida comparou três modelos de comunidade, reconhecendo-se no terceiro modelo:

- a) comunidade como observância: em que se sacrificam as realidades pessoais a essa regra. Nesta comunidade não se progride formando-se mas realizando as expectativas que os outros têm sobre nós. Esta é um grande risco para a liberdade.
- b) comunidade de auto-realização e auto-estima. Aqui a comunidade só é válida porque me serve e resolve os meus problemas, se me sentir bem.
- c) comunidade cristã como existindo para o reino, que existe para os valores, que não é um fim em si própria.

Concluiu apontando quatro grandes realidades a oferecer nas nossas comunidades para ir cumprindo e recendo a oferta de si: oferecer a nossa liberdade, a nossa autenticidade,

a nossa fidelidade e a nossa criatividade. No acompanhamento social - Valentim Gonçalves O último exemplo veio do campo chamado “social”. O Pe. Valentim Gonçalves recordou que é preciso procurar entender as situações das pessoas, as suas motivações profundas, os mecanismos que as escravizam. Descreveu o exemplo do Prior Velho onde trabalhou, onde se entregou e onde intensificaram a alfabetização dos adultos, lutando contra a aplicação da lei e os poderes instituídos. Nunca trabalhou com subsídios públicos.

Sintetizou alguns princípios para lidar com estas realidades da pobreza, da clandestinidade, dos ilegais, dos imigrantes, dos bairros de lata, da desorganização social, do baixo nível de alfabetização, da falta de recursos mínimos de condições de vida: aproximar-se das pessoas, aproximar não para substituir as pessoas, aproximar para ajudar a que eles possam fazer o que podem fazer respeitando assim o princípio de subsidiariedade tão presente na Doutrina Social da Igreja, não manter o status quo mas ajudar a percorrer por si o seu caminho para assim criar um mundo diferente, dar voz aos que não têm voz, estar presente, preocupar-se concreta e realmente, não dar sem mais dinheiro a quem pede. Tudo isto são opções que ajudam quem se entrega e que ajuda aqueles a quem nos damos a entregar-se ao melhor de si mesmos. No fundo, sem o referir, o Pe. Gonçalves falou em crescimento do outro, em alteridade, sem nunca referir os conceitos.

---

[www.fatima.pt/pt/news/sabado-16-junho-2012](http://www.fatima.pt/pt/news/sabado-16-junho-2012)